Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO Nº 006 ,DE 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebi em 07/02/13
Kleide S. Mayer
Diretora de Plenário e Apoio às Sessões

Requer por parte da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a convocação de audiência pública, para os fins que específica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel

Os Vereadores subscritores do presente, cumprindo com suas finalidades regimentais e legislativas, requer à Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, em atendimento ao art. 49, IX, do Regimento Interno, c/c o art. 40, II da Lei Orgânica Municipal, e após deliberação pelo Plenário Legislativo, seja convocado uma Audiência Pública, no prazo de dez dias da aprovação deste, para colocar em discussão, e posterior parecer da comissão, sobre o aumento nas alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, aprovado por meio da Lei Municipal nº 6.173, de 2012.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 30 de janeiro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Walmir Severgnini
Vereador - PSD

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Jorge Menegatti
Vereador - PSC

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Dr. Jorge Bocasanta
Vereador - PT

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Rui Capelão Cardoso
Vereador - PPS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Paulo Porto
Vereador - PC do B

Justificação

A presente proposta tem como finalidade legal, aprovar este Requerimento, para que a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento desta Casa de Leis, convoque uma Audiência Pública, onde o tema a ser abordado e discutido, será a Lei Municipal nº 6.173, de 2012, que originou com a aplicação de novas alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Como a Lei Orgânica no art. 40, II e o Regimento Interno, art. 49, IX, arremetem a convocação de audiências públicas para a responsabilidade das comissões permanentes desta Casa, a apresentação deste Requerimento, que vem subscrito pela maioria dos Vereadores, tem a finalidade de requerer essa atuação por parte dos Vereadores membros da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, para que posteriormente, após os debates, a comissão apresente relatório, informando se realmente o aumento no IPTU atendeu a todos os índices econômicos e financeiros, para até subsidiar esta Casa, em futuras medidas cabíveis, para resolvermos de uma vez por toda, esse imbróglio que está causando na opinião pública, os novos valores do IPTU no Município de Cascavel.

Pelos motivos ora expostos, espero, pois, contar com a aprovação deste Requerimento pelo Plenário Legislativo, e posterior providência na convocação da Audiência Pública pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento.

mjg